

**INEPAR S/A – INDÚSTRIA E
CONSTRUÇÕES - Em Recuperação
Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de junho de 2022**

Conteúdo

Comentário de Desempenho

Balanco Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações
Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor
Independente

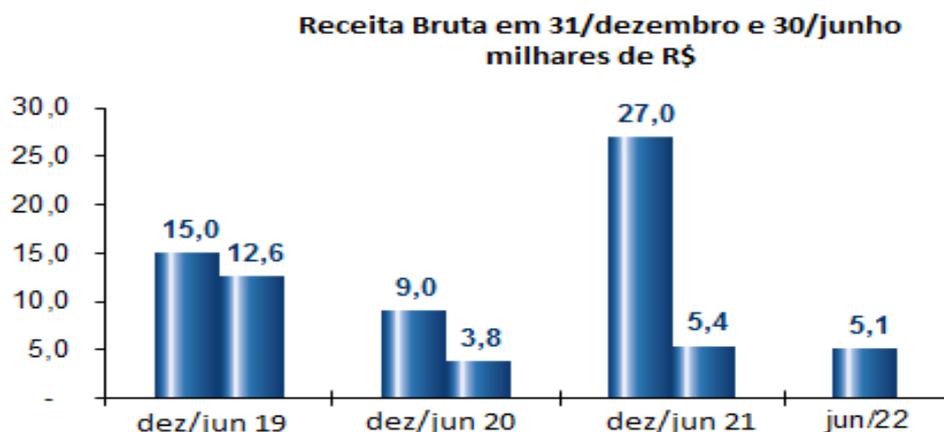
INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE JUNHO DE 2022**

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do 2º ITR DE 2022, bem como os Comentários de Desempenho e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho segundo Trimestre de 2022

As principais fontes de receita da Companhia são as áreas de prestações de serviços em fabricação de equipamentos para os segmentos de geração de energia, óleo e gás, entre outros. A Companhia reportou em 2021 uma receita bruta de R\$ 27,1 milhões (resultado consolidado da controladora e todas as controladas). As receitas de 2021 foram aproximadamente 300% superiores ao mesmo período do ano anterior de 2020.



O prejuízo acumulado da Companhia no 2º ITR de 2022 foi de R\$ 122,8 milhões enquanto que no mesmo período de 2021 foi apurado um lucro de R\$ 9,4 milhões, lucro este gerado principalmente pelo reconhecimento no resultado de claims com decisão transitada em julgado, estando estes créditos constituídos.

Já o prejuízo acumulado no 2º ITR de 2022 se deveu principalmente em função das correções dos passivos financeiros, principalmente a dívida com o BNDES, bem como a correção do passivo tributário consolidado através da Transação Tributária, o que representou um total de R\$ 112 milhões.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE JUNHO DE 2022**

Além disso, o resultado operacional foi negativo em R\$ 2,7 milhões devido, principalmente, ao baixo nível de receita auferido pela companhia.

Apresentamos a seguir uma PROJEÇÃO do Balanço Patrimonial de 30/06/2022 considerando os valores dos seguintes ativos: (i) monetizáveis compostos pelo FIDC, (ii) pelos ativos monetizáveis fora do FIDC, (iii) Aproveitamento dos prejuízos fiscais para liquidação de até 70% dos valores da transação tributária, conforme Portaria da PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022. Nenhum destes pontos foram contabilizados no Balanço auditado, em que pese que todos os custos relacionados a estes pontos foram devidamente computados e contabilizados.

Tal projeção se faz necessária em função das orientações de nossos auditores, em relação às restrições de contabilização impostas pelas regras contábeis vigentes e extremamente rígidas. Entendemos que este Balanço Gerencial, demonstra melhor a posição de ativos e passivos da Companhia, uma vez realizados, de forma conservadora, os ativos aqui indicados.

Balanço Gerencial Projetado

(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	Balanço Patrimonial	Balanço Projetado
ATIVO	30/06/2022	30/06/2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	18.739	18.739
Contas a receber de clientes	5.243	5.243
Títulos e valores mobiliários	9	9
Estoques	9.424	9.424
Impostos a recuperar	78.657	78.657
Dividendos a receber	14.796	14.796
Outros créditos	1.825	1.825
Total do Ativo Circulante	128.693	128.693
Não Circulante		
Contas a receber de clientes	140.526	140.526
Partes relacionadas	14.697	14.697
Títulos e valores mobiliários	688	656.765
Impostos a recuperar	81.126	238.544
Depósitos judiciais	132.473	132.473
Outros créditos	6.579	893.810
Investimentos	249.001	249.001
Imobilizado	214.230	214.230
Intangível	393.009	393.009
Total do Ativo Não Circulante	1.232.329	2.933.055
Total do Ativo	1.361.022	3.061.748

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE JUNHO DE 2022

PASSIVO	Consolidado	
	Balanco Patrimonial	Balanco Projetado
	30/06/2022	30/06/2022
Circulante		
Fornecedores	63.353	63.353
Financiamentos e empréstimos	290.483	290.483
Debêntures	14.918	14.918
Salários e encargos sociais	141.330	141.330
Impostos e contribuições a recolher	229.912	152.887
Dividendos propostos	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	33.639	33.639
Títulos a pagar	93.256	93.256
Outras contas a pagar	143.937	143.937
Total do Passivo Circulante	1.014.169	937.144
Não Circulante		
Financiamentos e empréstimos	239.262	239.263
Debêntures	246.551	246.551
Impostos e contribuições a recolher	872.141	263.973
Partes relacionadas	129.460	129.460
Impostos diferidos	103.323	103.323
Provisão de custos e encargos	2.303	2.303
Provisão para contingências	110.816	707.304
Provisão para passivo a descoberto	8.499	8.499
Outras contas a pagar	16.103	16.103
Total do Passivo Não Circulante	1.728.458	1.716.779
Patrimônio Líquido		
Participação dos minoritários	14.578	14.578
Patrimônio líquido da controladora		
Capital social	476.042	476.042
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	180.292	180.292
Reserva de reavaliação	23.774	23.774
Debêntures perpétuas	280.319	280.319
Créditos quirografários a converter	16.914	16.914
Prejuízos acumulados	(3.216.530)	(1.427.100)
Ajuste de avaliação patrimonial	846.079	846.079
Total do Patrimônio Líquido	(1.381.605)	407.825
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.361.022	3.061.748

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE JUNHO DE 2022

Notas explicativas relativas ao Balanço Gerencial Projetado

01- No Balanço Patrimonial de 30/06/2022, a Companhia não registrou os valores totais dos pleitos apresentados aos clientes. No entanto, devido à alta probabilidade histórica de êxito, estes foram incluídos para demonstração do balanço projetado da Inepar S.A Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes das Organizações Inepar. Os valores dos pleitos estão lançados na linha de outros créditos, no valor provável de recebimento de R\$ 887 milhões, de um total em discussão de R\$ 2,1 bilhões, representando 42% de êxito, totalmente compatíveis com nossa média histórica.

02- As rubricas de impostos e contribuições a recolher tiveram uma redução em razão da publicação da Portaria da PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, a qual estabelece que as empresas em recuperação judicial e que realizaram a transação tributária, possam abater o saldo devedor em até 70% com a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

03- Na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários estão lançados os ativos aportados no FIDC Taranis-NP, também representados por claims em discussões jurídicas e administrativas.

O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, tal qual como definidos pela legislação vigente.

As Companhias efetuaram um aporte no valor de R\$ 619,1 milhões, através dos créditos oriundos de processos judiciais em andamento, que hoje somam aproximadamente R\$ 1,040 bi. A monetização destes ativos tem sua eficácia comprovada historicamente acima de 50% e foram analisados e avaliados por empresas especializadas que acataram o valor de face com um desconto por eventuais insucessos, superior a 40%.

A Evolução do Plano de Recuperação Judicial

No final de 2014, a Companhia, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 15 de maio de 2015, os credores da Inepar e de suas principais empresas, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE JUNHO DE 2022**

Dentro do contexto da recuperação,

- Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014.
- O Plano de recuperação judicial do Grupo Inepar/Iesa foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo sujeito à RJ de aproximadamente R\$ 1,9 bilhões bilhão.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido, com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da empresa passaria a ser pulverizado e com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passará a deter 83,5% de participação societária.
- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos “non core” que foram fonte de recursos para a estabilização da Companhia.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Companhia (“INEP3”), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.
- Liquidação superior a 99% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.
- Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,015 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos “claims” em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia.

Em 17/12/2021, em complemento às propostas de pagamento anteriormente apresentadas no Juízo da Recuperação Judicial, a Companhia apresentou uma nova proposta que visa o encerramento da Recuperação Judicial, com o pagamento das dívidas concursais apontadas no primeiro biênio da Recuperação Judicial, bem como o pagamento de credores extraconcursais e capital de giro necessário ao processo de soerguimento da Companhia.

A Companhia está se preparando para apresentação de uma nova Proposta de Pagamento, a ser apresentada até 12/09/2022, por solicitação da Administradora Judicial e do Juiz da Recuperação Judicial, a fim de dar transparência e clareza ao mercado e aos credores quanto ao caminho a ser seguido para buscar o encerramento da Recuperação Judicial.

Vale salientar que 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada conforme demonstrado abaixo e que, a Companhia vem buscando uma

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE JUNHO DE 2022

composição junto ao BNDES para sanar definitivamente seus débitos:

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 23,4	R\$ 23,4	R\$ 71,0
Classe II	R\$ 21,3	R\$ 530,0	R\$ 550,3	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 13,0	R\$ 13,0	R\$ 21,2
TOTAL	R\$ 21,3	R\$ 566,4	R\$ 586,7	R\$ 2.285,4

Alienação das UPI's IPM e IOG, previstas no Plano de Recuperação Judicial

Em 22 de dezembro de 2021, foi veiculado Fato Relevante para informar que a Companhia está estruturando as alienações de ativos para obtenção de novos recursos a fim de se alcançar o efetivo soerguimento e criação de novos negócios. Informou ainda que, dentro deste contexto, serão alienadas as UPIs IOG e IPM, previstas nas cláusulas 9.7 e 9.8 do Plano de Recuperação Judicial. Também informou que tão logo concluídas e estruturadas as condições de venda, serão tomadas as medidas necessárias para abertura do processo competitivo, com a juntada da minuta do respectivo edital no âmbito da Recuperação Judicial.

Em 25 de janeiro de 2022, foi veiculado fato relevante para comunicar que a empresa Melville Capital Group LLC apresentou proposta firme, irrevogável e irretroatável, para aquisição das UPIs IPM / IOG, no valor em reais equivalente US\$ 125.000.000,00. Dentro deste contexto, foi protocolado no âmbito do processo de recuperação judicial a minuta do Edital de Oferta Pública para alienação da UPI IPM / IOG, previstas nas cláusulas 9.7 e 9.8 do Plano de Recuperação Judicial, para abertura do processo competitivo.

Foi publicado nos autos da Recuperação Judicial, em 14 de março de 2022 a decisão que fixou a data de abertura das propostas apresentadas no Processo Competitivo da venda das UPI's IPM e IOG para o dia 28/04/2022, estando inclusos nessa venda os imóveis operacionais de Araraquara e Macaé, bem como acervos, propriedade intelectual e outros intangíveis.

Em 25 abril de 2022, a Companhia veiculou Comunicado ao Mercado para informar um segundo interessado na aquisição das UPIs, via leilão, a realizar-se no dia 28 de abril de 2022. Informou, ainda, que o pretense proponente visitou as instalações das UPIs e assinou NDA para obter acesso aos documentos e

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE JUNHO DE 2022**

informações disponíveis no Data Room da Companhia.

Em 28 de abril de 2022, ocorreu a audiência para a abertura das propostas apresentadas no processo de leilão de venda das UPIs IOG e IPM, e que além da proposta firme anteriormente apresentada pela empresa Melville Capital Group LLC, a empresa SEFRAN Fabricação de Equipamentos Industriais Ltda, habilitou-se no certame e apresentou proposta para a aquisição das referidas UPIs no valor equivalente em reais a US\$ 153 milhões de dolares americanos. Na mesma data, a Companhia veiculou Fato Relevante para informar o resultado da abertura do certame.

Em 09 de maio de 2022, a proposta da SEFRAN foi homologado pelo Juiz da Recuperação Judicial. Ainda, no dia 10 de maio de 2022, a Companhia publicou Fato Relevante para informar a decisão judicial exarada da homologação o vencedor do certame, a SEFRAN.

Em 09 de junho de 2022, a Companhia publicou Fato Relevante para informar que a SEFRAN apresentou petição nos autos da recuperação judicial para expor o seu entendimento que o prazo para pagamento de 30 dias corridos encerram-se em 13 de junho de 2022.

Em 14 de junho de 2022, a Companhia publicou Fato Relevante para informar que a SEFRAN novamente peticionou nos autos da recuperação judicial para requer dilação do prazo de 30 dias úteis, a contar da decisão do requerimento, para efetuar o pagamento do lance ofertado.

Em 15 de junho de 2022, a Companhia publicou Fato Relevante para prestar esclarecimentos com relação a petição da SEFRAN e requereu em juízo que o prazo de pagamento não fosse superior a 20 dias corridos contados de 13.06.2022.

Em 21 de julho de 2022, a Companhia publicou novo Fato Relevante sobre o atual estágio desse processo competitivo de venda das UPI's IPM e IOG.

O Juiz da recuperação judicial determinou o prazo até 26/08/2022 para encerramento do processo de leilão.

Da Continuidade das operações

Dentro deste contexto, com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo e cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para novos projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando para concretizar a alienação de diversos ativos

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE JUNHO DE 2022**

listados no Plano de Recuperação, entre os quais citamos:

I - Operações que poderão ser realizadas através de edital de oferta pública por meio de postostas fechadas para alienação dos bens:

- a) Efetivação da alienação das ações da UPI IOG;
- b) Efetivação da alienação dos imóveis situados nos municípios de Magé e Charqueadas; e
- c) Efetivação da alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

II - Além da disponibilidade dos ativos acima, também foi procedido:

- a) a constituição do FIDC (Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos no valor aproximado de R\$ 1,040 bilhões, cuja expectativa de monetização é acima de R\$ 619 milhões. Tal expectativa se baseia no histórico acima de 50% de recuperação destes créditos pelas companhias, ao longo dos últimos anos.
- b) Estes créditos serão utilizados principalmente para negociar a liquidação de passivos junto ao BNDES e debenturistas da 5ª emissão e outros credores extraconcursais.

III – Outras ações em andamento.

- a) Intenso trabalho na monetização de ativos em discussão judicial fora do FIDC.
Estes ativos em discussão fora do FIDC, somam hoje aprox. R\$ 2,1 Bi e estamos considerando como recebimento provável o valor de R\$ 887 milhões líquidos de despesas, ou seja, um índice de conversão de 42%, abaixo do histórico acima mencionado, demonstrando um conservadorismo nas expectativas de monetização dos mesmos. Cabe frisar que por imposição das Normas Contábeis não é permitido provisionamento de ativos a monetizar e receber, e o balanço oficial não contempla nenhum valor para os mesmos.
Por se tratar de ativos em discussão judicial, não temos como precisar as datas de monetização, porém uma informação importante é que a média das discussões correntes gira em torno de 8 anos, e todos eles tem data de origem igual ou superior a 7 anos.
- b) Intensificação do trabalho comercial com a conquista de novos clientes;
- c) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos;
- d) Preparação de um Plano Estratégico de 5 anos que visa determinar todas as ações necessárias para manutenção das atividades pré e pós RJ.
- e) Gestão inteligente do passivo extra concursal para vinculação dos pagamentos à realização dos ativos a fim de não pressionar as atividades.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE JUNHO DE 2022**

- f) Adesão ao Programa de Transação Individual instituído pela Lei 13.988/2020, através das Portarias PGFN 2.381/2021 e 9.917/2020, com homologação em dezembro/2021 e redução contábil do passivo tributária da ordem de R\$ 1,4 bilhões.

Acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial, a empresa terá condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade, de forma mais acelerada e melhor habilitada em eventuais negociações com os parceiros estratégicos, contando com a qualidade de nosso acervo que assegura competitividade e posição no mercado Latino Americano de infraestrutura.

No curto prazo, a empresa tem como principal objetivo encerrar a sua recuperação judicial, bem como está empenhada em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa.

No médio e longo prazo, a atual linha de produtos das empresas, e a introdução de novos produtos e sistemas de alta densidade tecnológica, juntamente com a recuperação da economia brasileira permitem que nossas empresas possam preencher a lacuna de capacidade produtiva brasileira quase aniquilada com a marginalização e fragilização das grandes empresas nacionais atuantes na infraestrutura.

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste trimestre encerrado em 30/06/2022 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2022 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONSOLIDADAS EM IFRS EM 30 DE JUNHO DE 2022**

critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei , a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Inepar S/A. Indústria e Construções - Em recuperação judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balanco Patrimonial

Período findo em 30 de Junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	23	22	18.739	10.386
Contas a receber de clientes	6	866	379	5.243	4.570
Títulos e valores mobiliários	7	9	9	9	9
Estoques	8	-	-	9.424	8.936
Tributos a recuperar	10	4.769	4.769	78.657	79.000
Dividendos a receber		-	-	14.796	15.696
Outros créditos	11	368	4.863	1.825	6.906
Total do Ativo Circulante		6.035	10.042	128.693	125.503
Não Circulante					
Contas a Receber Clientes	6	51.059	33.414	140.526	122.881
Partes relacionadas	21	234.607	253.645	14.697	14.011
Títulos a receber	9	-	7.774	-	7.774
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	688	688
Tributos a recuperar	10	32.384	30.873	81.126	89.454
Depósitos judiciais	30	73.425	77.345	132.473	278.320
Outros créditos	11	-	-	6.579	6.604
Investimentos	12	458.521	463.081	249.001	249.199
Imobilizado	13	76.722	78.849	214.230	218.719
Intangível	14	391.516	391.513	393.009	393.828
Total do Ativo Não Circulante		1.318.234	1.336.494	1.232.329	1.381.478
Total do Ativo		1.324.269	1.346.536	1.361.022	1.506.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanco Patrimonial

Período findo em 30 de Junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Circulante					
Fornecedores		28.541	30.826	63.353	71.325
Instituições financeiras	15	212.180	185.794	290.483	355.788
Debêntures	16	14.918	13.907	14.918	13.907
Obrigações sociais e trabalhistas		6.817	11.095	141.330	149.654
Obrigações fiscais e tributárias	17	112.223	86.510	229.912	176.161
Dividendos propostos		3.317	3.317	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	19	-	-	33.639	34.803
Títulos a pagar		93.256	87.257	93.256	87.257
Outras contas a pagar	24	47.214	47.397	143.937	136.919
Total do Passivo Circulante		518.466	466.103	1.014.169	1.029.155
Não Circulante					
Exigível a Longo Prazo					
Instituições financeiras	15	239.262	249.613	239.262	249.613
Debêntures	16	246.551	227.310	246.551	227.310
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	-	2.404
Obrigações fiscais e tributárias	17	491.157	499.472	872.141	897.305
Partes relacionadas	21	436.782	438.472	129.460	128.686
Tributos diferidos	20.1	42.272	36.543	103.323	96.359
Títulos a pagar		-	-	14.960	14.960
Provisão de custos e encargos	18	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisões para contingências	22	32.620	32.620	110.816	110.816
Provisão passivo à descoberto	23	711.039	670.611	8.499	7.657
Outras Contas a Pagar	24	-	-	1.143	1.084
Total do Passivo Não Circulante		2.201.986	2.156.944	1.728.458	1.738.497
Patrimônio Líquido / (Passivo a Descoberto) da Controladora					
Capital social	25 a	476.042	437.531	476.042	437.531
Gastos com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	25 b	180.292	180.292	180.292	180.292
Reserva de reavaliação	25 c	23.774	24.422	23.774	24.422
Debêntures perpétuas	25 d	280.319	318.830	280.319	318.830
Créditos quirografários a converter	25 e	16.914	16.914	16.914	16.914
Prejuízos acumulados		(3.216.530)	(3.098.093)	(3.216.530)	(3.098.093)
Ajuste de avaliação patrimonial	25 f	846.079	846.666	846.079	846.666
		(1.396.183)	(1.276.511)	(1.396.183)	(1.276.511)
Patrimônio Líquido(Passivo a Descoberto)					
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas minoritários		-	-	14.578	15.840
Total do Patrimônio Líquido / Passivo a Descoberto		(1.396.183)	(1.276.511)	(1.381.605)	(1.260.671)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		1.324.269	1.346.536	1.361.022	1.506.981

Demonstração do Resultado

Períodos findos em 30 de Junho de 2022 e 30 de Junho de 2021

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	Nota	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Receita Operacional Bruta		-	-	5.503	5.448
Deduções e impostos sobre vendas		-	-	(1.189)	(1.303)
Receita Operacional Líquida	27	-	-	4.314	4.145
Custos dos produtos e serviços		-	-	(6.821)	(5.491)
Lucro Bruto		-	-	(2.507)	(1.346)
Receitas [Despesas] Operacionais		(48.523)	48.389	(2.651)	124.404
Despesas com vendas		(56)	-	(2.336)	(2.000)
Perdas no recebimento de crédito com clientes		-	(488)	616	(6.845)
Administrativas e gerais		(16.213)	(24.352)	(30.102)	(55.252)
Provisões para contingências		(90)	167	1.054	945
Outras receitas e despesas operacionais	29	14.746	55.395	32.002	187.248
Resultado da avaliação de investimentos	12	(46.910)	17.667	(3.885)	308
Resultado Operacional		(48.523)	48.389	(5.158)	123.058
Despesas financeiras	28	(72.464)	(33.406)	(112.053)	(79.906)
Receitas financeiras	28	3.611	4.887	9.666	5.895
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(117.376)	19.870	(107.545)	49.047
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	20.2	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	20.2	(4.219)	(9.958)	(15.291)	(39.575)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Período		(121.595)	9.912	(122.836)	9.472
Atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores				(121.595)	9.912
Participação dos acionistas não controladores				(1.241)	(440)
				(122.836)	9.472
Quantidade de ações ordinárias ao final do período		114.429.660	5.108.246		
Quantidade de ações preferenciais ao final do período		63.136.160	3.156.808		
		<u>177.565.820</u>	<u>8.265.054</u>		
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$		(0,6613)	0,1155		
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$		(0,7274)	0,1270		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido /(Passivo a descoberto)

Período findo em 30 de Junho de 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros		Lucros ou (Prejuízos) acumulados	Debêntures perpétuas	Créditos a converter	Reservas de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial		Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores no patr. liq. das controladas	Total patrimônio líquido
	Subscrito	(-) Gastos com subscrição de ações	Reservas de capital	Ações em tesouraria					Custo atribuído AAP	Ajuste de avaliação patrimonial			
Saldos finais em 31 de dezembro de 2020	429.211	(3.073)	180.292	(8.303)	(4.383.544)	319.014	31.837	25.571	44.519	789.488	(2.574.988)	868	(2.574.120)
Lucro líquido do exercício					1.287.018						1.287.018	14.936	1.301.954
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)					4.161						4.161		4.161
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas										259	259		259
Ajuste conversão s/ coligada no exterior											-	36	36
Ganhos na conversão de debêntures perpétuas										13.826	13.826	-	13.826
Outros resultados abrangentes											14.085	36	14.121
Resultado abrangente total											1.305.264	14.972	1.320.236
Aumento de capital - 353ª RCA de 30/03/2021	473					(473)					-		-
Aumento de capital - 354ª RCA de 07/05/2021	2.957					(2.957)					-		-
Aumento de capital - 360ª RCA de 29/10/2021	4.890					(4.889)					1		1
Transações de capital com os Sócios											1	-	1
Debêntures a converter						8.135	(14.923)				(6.788)		(6.788)
Realização da reserva reavaliação					1.149			(1.149)			-		-
Realização do custo atribuído ao imobilizado					1.426				(1.426)		-		-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021	437.531	(3.073)	180.292	(8.303)	(3.089.790)	318.830	16.914	24.422	43.093	803.573	(1.276.511)	15.840	(1.260.671)
Lucro líquido do período					(121.595)						(121.595)	(1.241)	(122.836)
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)					2.081						2.081		2.081
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas										(158)	(158)		(158)
Ajuste conversão s/ coligada no exterior											-	(21)	(21)
Outros resultados abrangentes											(158)	(21)	(179)
Resultado abrangente total											(119.672)	(1.262)	(120.934)
Aumento de capital - 363ª RCA de 11/01/2022	26.296					(26.296)					-		-
Aumento de capital - 367ª RCA de 27/05/2022	12.215					(12.215)					-		-
Transações de capital com os Sócios											-	-	-
Debêntures a converter						-	-				-		-
Realização da reserva reavaliação					648			(648)			-		-
Realização do custo atribuído ao imobilizado					429				(429)		-		-
Saldos finais em 30 de junho de 2022	476.042	(3.073)	180.292	(8.303)	(3.208.227)	280.319	16.914	23.774	42.664	803.415	(1.396.183)	14.578	(1.381.605)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Resultado Abrangente

Períodos findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

	30/06/2022	30/06/2021
Resultado líquido do período	(121.595)	9.912
Ajuste patrimonial reflexo de investida	2.081	2.081
Ganhos/perdas de capital s/ coligadas	(158)	(1.185)
Ajuste conversão s/ coligada no exterior	(21)	(161)
Participação dos acionistas não controladores	(1.241)	(440)
Resultado abrangente do período	(120.934)	10.207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)

Períodos findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Atividades operacionais				
Resultado do período	(121.595)	9.912	(121.595)	9.912
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	1.245	1.543	4.139	5.059
Alienação de imobilizado/investimentos	879	-	1.787	93
Resultado da avaliação de investimentos	46.910	(17.667)	3.885	(308)
Participação de acionistas não controladores	-	-	1.241	440
Variações monetárias e cambiais	36.541	11.862	41.658	35.768
Provisões (Reversões)	-	(18.600)	-	(156.354)
Resultado do período ajustado	(36.020)	(12.950)	(68.885)	(105.390)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(18.132)	(32.932)	(18.318)	373.614
Estoques	-	-	(488)	(2.368)
Títulos a receber	7.774	-	7.774	-
Impostos a recuperar	(1)	323	344	1.120
Outros créditos	8.415	7.316	150.953	(196.854)
	(1.944)	(25.293)	140.265	175.512
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(2.285)	(683)	(7.972)	(12.537)
Salários e encargos sociais	(4.278)	1.705	(10.728)	(22.602)
Impostos e contribuições a recolher	21.617	7.916	43.878	27.415
Provisão para impostos diferidos	-	9.635	-	36.888
Adiantamentos de clientes	-	-	(1.164)	(3.062)
Títulos a pagar	5.999	(8.875)	5.999	(8.875)
Outras contas a pagar	(183)	266	4.575	6.414
	20.870	9.964	34.588	23.641
Total caixa gerado (Consumido) pelas atividades operacionais	(17.094)	(28.279)	105.968	93.763
Atividades de investimentos				
Ganho sobre participações societárias	-	-	(24)	(1.185)
Aquisições imobilizados e intangíveis	-	-	(618)	(7)
Efeito da venda de investida anteriormente consolidada	-	-	-	1.347
Operações de mútuos com empresas ligadas	19.038	89.484	(686)	(569)
Total do caixa gerado pelas atividades de investimentos	19.038	89.484	(1.328)	(414)
Atividades de financiamentos				
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	(253)	(28.048)	(76.653)	(87.848)
Amortização de financiamentos e empréstimos - juros	-	-	(20.408)	-
Operações de mútuos com empresas ligadas	(1.690)	(33.155)	774	(5.457)
Total caixa gerado (Consumido) pelas atividades de financiamentos	(1.943)	(61.203)	(96.287)	(93.305)
Total do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	1	2	8.353	44
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	22	21	10.386	304
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	23	23	18.739	348
Total do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	1	2	8.353	44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Valor Adicionado

Períodos findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Receitas	544	58.545	21.412	232.687
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	-	5.274	5.349
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(488)	615	(6.846)
Outras Receitas / Despesas	544	59.033	15.523	234.184
Insumos adquiridos de terceiros	1.046	(15.240)	(11.127)	(78.607)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(4.597)	(4.115)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.046	(15.240)	(6.530)	(74.492)
Valor adicionado bruto	1.590	43.305	10.285	154.080
Depreciação e amortização	(1.245)	(1.543)	(4.139)	(5.059)
Valor adicionado líquido	345	41.762	6.146	149.021
Valor adicionado recebido em transferência	(43.299)	22.554	5.781	6.203
Resultado de equivalência patrimonial	(46.910)	17.667	(3.885)	308
Receitas financeiras	3.611	4.887	9.666	5.895
Valor adicionado total a distribuir	(42.954)	64.316	11.927	155.224
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	1.684	7.374	5.853	18.450
Salários e encargos	861	6.142	3.163	12.571
Benefícios	758	1.232	2.467	4.278
FGTS	65	-	223	1.601
Impostos, taxas e contribuições	4.219	13.431	16.412	46.765
Federais	4.219	13.431	15.827	46.085
Estaduais	-	-	569	677
Municipais	-	-	16	3
Remuneração de capitais de terceiros	72.738	33.599	112.498	80.537
Juros	72.464	33.405	112.053	79.906
Alugueis	274	194	445	631
Remuneração de capitais próprios	(121.595)	9.912	(122.836)	9.472
Prejuízo do período	(121.595)	9.912	(121.595)	9.912
Participação de acionistas minoritários	-	-	(1.241)	(440)
Valor adicionado total distribuído	(42.954)	64.316	11.927	155.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Inepar S.A Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3, e está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, conjunto nº 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/lesa se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

NOTA 1.1 PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 29/08/2014, a Inepar S.A. Indústria e Construções, ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da lesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao REFIS, também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

-Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).

-Venda da participação acionária da Iesa no capital da Inepar Capacitores S.A.

-Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais da Companhia.

A Companhia tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano, nos últimos 3 anos.

Em 25 de janeiro de 2022, a Inepar recebeu uma proposta da empresa Melville Capital Group LLC de Nova York, para aquisição das UPI's IOG e IPM, estando inclusos nessa venda os imóveis operacionais de Araraquara e Macaé, bem como acervos, propriedade intelectual e outros intangíveis. A oferta recebida trata-se de uma oferta vinculante firme e irrevogável de US\$ 125 milhões, conforme noticiado no Fatos Relevantes publicados em 22 de janeiro e 25 de janeiro de 2022.

Em 14 de março de 2022, foi publicado nos autos da Recuperação Judicial a data de 28/04/2022 para as 15horas em audiência pública para a realização do leilão das propostas apresentadas no Processo Competitivo.

Em 28 de abril de 2022, ocorreu a audiência para a abertura das propostas apresentadas no processo de leilão de venda das UPIs IOG e IPM, e que além da proposta firme apresentada anteriormente pela Melville Capital Group LLC, a empresa SEFRAN Fabricação e Comercio de Equipamentos Industriais

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ltda, habilitou-se no processo e apresentou proposta para aquisição das referidas UPIs no valor de US\$ 153 milhões de dólares americanos.

Em 09 de maio de 2022, foi exarada decisão do Juiz da Recuperação Judicial homologando a alienação das UPIs, que foram vencidas pela empresa SEFRAN.

Até 05/08/2022, a empresa SEFRAN, não apresentou a comprovação do pagamento a favor da Inepar para a concretização da operação.

Em 17/12/2021 em revisão à petição do dia 22/04/2021, a Companhia apresentou um plano de pagamento para encerramento do processo de Recuperação Judicial com pagamento das obrigações exigíveis para encerramento, bem como o pagamento de diversas obrigações extraconcursais trabalhistas, financeiras e de fornecedores, além de parte do capital de giro necessário ao soerguimento da empresa.

Após o recebimento da primeira tranche da arbitragem, ocorrida em 26/03/2021, a situação da recuperação judicial se apresentava da seguinte forma:

RJ GRUPO INEPAR				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 23,0	R\$ 23,0	R\$ 71,0
Classe II	R\$ 21,3	R\$ 341,7	R\$ 363,0	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV		R\$ 13,0	R\$ 15,0	R\$ 22,0
TOTAL	R\$ 21,3	R\$ 377,7	R\$ 401,0	R\$ 2.286,2

Conforme se vê, para fins de encerramento da presente Recuperação Judicial, se faz necessário o pagamento ao BNDES (Credor Classe II que já recebeu 80% do seu crédito) o saldo de 22 milhões.

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

NOTA 1.2 – COVID-19

Em observância ao Ofício Circular CVM/SNC/SCP nº 02/2020 de 10 de março de 2020, que trata sobre os impactos econômico-financeiro da COVID-19 nas demonstrações financeiras, a Administração avaliou

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

os riscos e incertezas que poderiam afetar as informações nas demonstrações financeiras ora apresentadas, sendo abaixo as principais avaliações que seguem:

Os reais impactos da pandemia ainda estão sendo mensurados, e seus efeitos colaterais são alvo de diversas medidas governamentais que tentam minimizar seus efeitos.

Do nosso lado, estamos tomando todas medidas sugeridas e impostas pelas autoridades a fim de preservar a vida e a saúde dos nossos trabalhadores.

Pelo lado dos projetos estamos enfrentando um aumento de custos muito acima da inflação, como por exemplo o preço do aço, bem como a falta de matérias primas necessárias ao desenvolvimento dos nossos projetos. Isso causou um aumento de custos e diminuição das margens no período de 2020 e continua em 2022.

A Companhia adotou, e continua adotando uma série de medidas a fim de reduzir custos e postergar gastos com objetivo de enfrentar esse momento de pandemia mundial.

NOTA 2- BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora- As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas-

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

NOTA 3—RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas: As Demonstrações Financeiras Consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A Indústria e Construções e suas Controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3. Compensações entre Contas: Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4. Conversões em Moeda Estrangeira: Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de Reais. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC02-Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6. Classificação e mensuração de ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros

3.7. Contas a Receber de Clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para “*impairment*” foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

3.8. Estoques: Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9. Investimentos: Nas Demonstrações Financeiras da Controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10. Imobilizado: A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11. Intangível: Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12. Impairment de Ativos Não Financeiros: Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa-UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”. Estes testes são realizados, de acordo com o CPC01-Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13. Contas a Pagar a Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14. Empréstimos e Financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: As despesas fiscais do período compreendem o IRPJ e a CSLL corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de IRPJ e da CSLL corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O IRPJ e da CSLL diferidos, lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da CSLL. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 CPC06(R2) / IFRS16 – Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC06(R1) / IAS17-Operações de arrendamento mercantil. A Administração da Companhia entende que o impacto produzido por essa Norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a aluguéis de edifícios. Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. Desta forma, a Companhia apurou o efeito estimado

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do registro do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço da Companhia, o qual não teve impactos relevantes para os saldos ativos e passivos da Companhia e suas controladas.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.18. Participações nos Lucros e Resultados: Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Controladora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.19. Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas: A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

3.21. Dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.22. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis: A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do IR e da CSLL;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito obtida, e
- f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.23. Pronunciamentos contábeis e interpretações

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023:

- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

NOTA 4 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

CPC48/IFRS9- Instrumentos financeiros: A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de impairment para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

Este CPC48/IFRS9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

a) Considerações gerais- A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não-circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) Valor de mercado - Os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito e todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de crédito- A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxas de juros- O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio- A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez- A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital- Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Análise de Sensibilidade

Exposição Cambial-Consolidado

- A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções N.º 475/08 e 550/08., apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Instrumentos Financeiros por Categoria: Em atendimento ao CPC 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Ativos financeiros em 31/12/2021 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31/12/2021 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>		
Aplicações financeiras	22	-	22	Fornecedores	30.826	30.826
Contas a receber	-	379	379	Empréstimos e financ.	185.794	185.794
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Debêntures	13.907	13.907
Outros créditos	-	4.863	4.863	Títulos a pagar	87.257	87.257
				Outras contas a pagar	47.397	47.397
Total circulante	22	5.251	5.273	Total circulante	365.181	365.181
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>		
Contas a receber (b)	-	33.414	33.414	Empréstimos e financ.	249.613	249.613
Títulos a receber (d)	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	-	-
Total não circulante	-	41.188	41.188	Total não circulante	249.613	249.613
TOTAL GERAL	22	46.439	46.461	TOTAL GERAL	614.794	614.794

Ativos financeiros 30/06/2022 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros 30/06/2022 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>		
Aplicações financeiras	23	-	23	Fornecedores	28.541	28.541
Contas a receber	-	866	866	Empréstimos e financ.	212.180	212.180
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Debêntures	14.918	14.918
Outros créditos	-	368	368	Títulos a pagar	93.256	93.256
				Outras contas a pagar	47.214	47.214
Total circulante	23	1.243	1.266	Total circulante	396.109	396.109
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>		
Contas a receber (b)	-	51.059	51.059	Empréstimos e financ.	239.262	239.262
Títulos a receber (d)	-	-	-	Outras contas a pagar	-	-
Total não circulante	-	51.059	51.059	Total não circulante	239.262	239.262

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros 31/12/2021 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros 31/12/2021 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	10.201	-	10.201	Fornecedores	71.325	71.325
Aplicações financeiras	185	-	185	Empréstimos e financiam.	355.788	355.788
Contas a receber	-	4.570	4.570	Debêntures	13.907	13.907
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	87.257	87.257
Outros créditos	-	6.906	6.906	Outras contas a pagar	136.919	136.919
Total circulante	10.386	11.485	21.871	Total circulante	665.196	665.196
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	122.881	122.881	Empréstimos e financiam.	249.613	249.613
Títulos a receber	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	1.084	1.084
Títulos valores mobiliários	-	688	688			
Outros créditos	-	6.604	6.604			
Total não circulante	-	137.947	137.947	Total não circulante	250.697	250.697
TOTAL GERAL	10.386	149.432	159.818	TOTAL GERAL	915.893	915.893

Ativos financeiros em 30/06/2022 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 30/06/2022 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	18.549	-	18.549	Fornecedores	63.353	63.353
Aplicações financeiras	190	-	190	Empréstimos e financiam.	290.483	290.483
Contas a receber	-	5.243	5.243	Debêntures	14.918	14.918
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	93.256	93.256
Outros créditos	-	1.825	1.825	Outras contas a pagar	143.937	143.937
Total circulante	18.739	7.077	25.816	Total circulante	605.947	605.947
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	140.526	140.526	Empréstimos e financiam.	239.262	239.262
Títulos a receber	-	-	-	Outras contas a pagar	1.143	1.143
Títulos valores mobiliários	-	688	688			
Outros créditos	-	6.579	6.579			
Total não circulante	-	147.793	147.793	Total não circulante	240.405	240.405
TOTAL GERAL	18.739	154.870	173.609	TOTAL GERAL	846.352	846.352

Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	-	-	18.549	10.201
Aplicação financeira	23	22	190	185
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	23	22	18.739	10.386

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário-CDI.

NOTA 6 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Cientes interno (a)	71.171	53.039	210.877	192.726
Cientes externo (b)	-	-	2.589	2.589
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(19.246)	(19.246)	(67.697)	(67.864)
	51.925	33.793	145.769	127.451
Circulante	866	379	5.243	4.570
Não circulante	51.059	33.414	140.526	122.881

a) Sobre esse montante apresentado de clientes interno estão inclusos os valores de R\$ 51.925 e R\$ 145.769, na controladora e no consolidado, respectivamente, que correspondem aos claims discutidos judicialmente reconhecidos em 30 de junho de 2021 e em março de 2022, com trânsito em julgado sobre o conhecimento da causa em favor da empresa. Sobre estes montantes, foram reconhecidos nos resultados em 2021/2022 os montantes de R\$ 97.053, líquido dos provisionamentos dos impostos.

O estágio atual dos processos judiciais, nos permitiu apresentar à Auditoria Externa informações suficientes para a realização dos testes de recuperabilidade.

NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Títulos diversos	9	9	697	697
	9	9	697	697
Circulante	9	9	9	9
Não circulante	-	-	688	688

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 8 - ESTOQUES

	Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Produtos em elaboração	3.843	2.751
Insumos e materiais	5.064	4.505
Adiantamentos a fornecedores	517	1.636
Importações em andamento	-	44
	9.424	8.936

O saldo de produtos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

NOTA 9 - TÍTULOS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Créditos com terceiros (a)	-	7.774	-	7.774
	-	7.774	-	7.774
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	-	7.774	-	7.774

(a) O valor lançado nesta rubrica, refere-se aos créditos contra a DNOS- Departamento Nacional de Obras e Saneamentos, por conta de processo em que a Inepar obteve decisão judicial favorável. Neste trimestre os valores correspondentes a esse processo, foram totalmente recebidos.

NOTA 10 - TRIBUTOS A RECUPERAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a compensar (a)	14	14	53.884	50.691
ICMS a recuperar	52	53	713	990
IPI a recuperar	974	974	1.211	1.296
PIS/COFINS lei 10833/03	-	-	556	556
Impostos e contribuições retidos na fonte	125	125	298	309
IRPJ diferido sobre diferenças temporárias (b)	23.679	22.568	59.519	65.641
CSLL diferido sobre diferenças temporárias (b)	8.528	8.129	21.431	23.636
Demais créditos (c)	3.781	3.779	22.171	25.335
	37.153	35.642	159.783	168.454
Circulante	4.769	4.769	78.657	79.000
Não circulante	32.384	30.873	81.126	89.454

a) O valor no consolidado, refere-se, principalmente a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins, conforme Decisão do STF.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferido, na controladora, referem-se a diferenças temporárias na elaboração do lucro real, reconhecidos até o limite de 30% do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.
- c) Corresponde, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição do INSS recolhidos indevidamente junto a Receita Federal do Brasil e que se encontram em fase de análise.

NOTA 11 - OUTROS CRÉDITOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Adiantamento a Empregados	368	183	1.251	1.094
Contas a receber - Venda de ativos (a)	-	4.680	-	4.681
Outros (b)	-	-	7.153	7.735
Total	368	4.863	8.404	13.510
Circulante	368	4.863	1.825	6.906
Não circulante	-	-	6.579	6.604

- a) Os valores a receber em 31/12/2021, referem-se a venda do imóvel de Curitiba, cujos valores foram integralmente recebidos neste exercício;
- b) No saldo de R\$ 7.153 no consolidado em 30/06/2022 está incluído valores referentes aos processos judiciais contra diversos clientes com as sentenças em transitado e julgado.

NOTA 12 - INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Participação em controladas/coligadas (a)	458.521	463.081	204.948	205.146
Propriedade para Investimentos (b)	-	-	44.053	44.053
	458.521	463.081	249.001	249.199

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Participações em Controladas e Coligadas

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Equivalência
				Líquido	Participação	Investimento	31/12/2021
Em 31 de Dezembro de 2021							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(i)	664.148	1.325.932	436.369	(661.784)	100,00%	-	436.369
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	760.326	433.971	(9.813)	326.355	47,07%	153.615	(4.619)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	183.657	11.762	609	171.896	100,00%	171.896	609
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	240.593	103.504	184.793	137.089	100,00%	137.089	184.793
Innovida Participações S.A.	18.710	27.396	(2.139)	(8.686)	100,00%	-	(2.139)
Enisa Energia e Infraestrutura	10	22	(22)	(12)	99,00%	-	(22)
Enisa Inovação e Infraestrutura	18.312	4	4	18.308	0,01%	1	0
Fidc Tarânis	615.280	4.462	(4.238)	611.041	18,00%	480	883
						463.081	615.874

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado da				
							Líquido	Participação	Investimento	Equivalência	Equivalência
										30/06/2022	30/06/2021
Em 30 de Junho de 2022											
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(i)	368.071	1.070.232	(40.218)	(702.161)	100,00%	-	(40.218)	19.192			
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	747.686	422.535	(5.624)	325.151	47,07%	153.049	(2.647)	(2.636)			
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	184.204	11.857	452	172.347	100,00%	172.348	452	224			
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	237.315	104.672	(4.446)	132.643	100,00%	132.643	(4.446)	1.634			
Innovida Participações S.A.	18.710	27.444	(49)	(8.734)	100,00%	-	(49)	-			
Enisa Energia e Infraestrutura	10	24	(2)	(14)	99,00%	-	(2)	-			
Enisa Inovação e Infraestrutura	17.820	17	(381)	17.926	0,01%	2	0	0			
Fidc Tarânis	615.280	4.462	(4.238)	611.041	18,00%	480	-	(747)			
						458.521	(46.910)	17.667			

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado
				Líquido	Participação	Investimento	Equivalência
Em 31 de Dezembro de 2021							
RIG Oil & Gas	38.723	23.694	2.359	15.029	16,66%	2.409	393,01
QUIP S.A.	129.623	178.785	(5.366)	49.162	13,25%	-	(711)
QGI INC	103.184	90.089	(19.036)	13.095	20,00%	2.619	(3.807)
QGI BRASIL	162.349	2.769	24.491	159.580	19,53%	31.166	4.783
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	452	392	(891)	60	35,00%	-	(312)
FIDC (iv)	-	-	-	-	0,00%	600	-
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	760.326	433.971	(9.813)	326.355	47,07%	153.616	(1.336)
Innovida Participações S.A.	18.710	27.396	(2.139)	(8.686)	100%	14.736	-
						205.146	(990)
Em 30 de Junho de 2022							
RIG Oil & Gas	35.596	22.355	(138)	13.241	16,66%	2.206	(23)
QUIP S.A.	126.182	77.021	(6.302)	49.161	13,25%	-	(834)
QGI INC	103.184	90.089	(19.036)	13.095	20,00%	3.520	-
QGI BRASIL	160.377	2.481	1.679	157.896	19,53%	30.837	(327)
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	969	17	(19)	952	35,00%	-	(7)
FIDC (iv)	-	-	-	-	0,00%	600	-
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	747.686	422.535	(5.624)	325.151	47,07%	153.049	(2.647)
Innovida Participações S.A.	18.710	27.444	(47)	(8.734)	100,00%	14.736	(47)
						204.948	(3.885)

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Quantidade de ações possuídas		Participação em %	Participação no capital votante em %
	(em milhares)			
	O. N.	P. N.		
<u>Controladas/Coligadas</u>				
IESA - Projetos, Equipamentos. e Montagens S.A.	149.799	-	100,00	100,00
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	47,07	47,07
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00

(i) IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A: A Companhia Controladora capitalizou em 2003 essa controlada, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30/04/2003 e 31/05/2003 de maio de 2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07/04/2003. A consolidação das demonstrações financeiras, são integralmente consideradas na controladora, haja visto que, indiretamente a mesma possui 100% de participação no capital da investida. -

(ii) Companhia Brasileira de Diques S.A: Refere-se à aquisição, em 31/03/2012, de 50% de participação no capital dessa Companhia, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras avenças, no valor de R\$ 608.734.

Conforme ata da AGE, de 29/06/2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72%.

Conforme ata da AGE de 28/06/2019, foi deliberado sobre o aumento do Capital de R\$2.636 mediante a emissão de 32.705 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$192,13. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pelo Fator Empreendimentos e Participações Ltda, pelos acionistas João Antonio Lopes Filho e Manoel Horácio Francisco da Silva. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72% para 47,07%.

(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda: Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses- CEMAT. Em 11/12/2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

(iv) FIDC Tarânis: em abril de 2019 o Grupo Inepar regularizou o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não – Padronizados (FIDC). O Fundo constituído por cessão de direitos creditórios por ações judiciais ativas tem a finalidade de permutar cotas com passivos do Grupo. A administração da companhia amparada em seus assessores jurídicos (contratados na regularização do fundo para classificação dos direitos creditórios) entende na previsibilidade de que o FIDC pode gerar ganhos que mensurados a valor presente chegam a 619 milhões, valor este de cotas subordinadas apresentadas no fundo.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Propriedade para Investimentos: Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A., este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, em 26/02/2021.

NOTA 13 – IMOBILIZADO

Controladora	Edificações e Máquinas e Móveis e Instalações e Equipamentos							Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Ferramentas	de Informática	Outros	
Taxas anuais de depreciação	0%	25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2021								
Custo	10.188	155.668	6.693	21	(39.140)	13	3.989	137.431
Depreciação Acumulada	-	(89.831)	(6.402)	(18)	39.443	(9)	(1.769)	(58.586)
Valor contábil líquido	10.188	65.837	291	3	303	4	2.222	78.849
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	(5.347)	(21)	-	(13)	(3.989)	(9.373)
Depreciação	-	(1.225)	(6)	-	(14)	-	-	(1.245)
Baixas da Depreciação	-	1.401	5.298	18	(3)	9	1.769	8.491
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	10.188	66.012	236	-	286	-	-	76.722
Em 30 de Junho de 2022								
Custo	10.188	155.668	1.346	-	(39.140)	-	-	128.062
Depreciação Acumulada	-	(89.656)	(1.110)	-	39.426	-	-	(51.340)
Valor contábil líquido	10.188	66.012	236	-	286	-	-	76.722
Consolidado								
Taxas anuais de depreciação	Edificações e Máquinas e Móveis e Instalações e Equipamentos							Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Ferramentas	de Informática	Outras Imobilizações	
	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2021								
Custo	17.400	180.543	75.625	4.685	(36.846)	13.789	83.761	338.956
Depreciação Acumulada	-	(97.269)	(41.666)	(4.388)	38.490	(12.779)	(2.626)	(120.237)
Valor contábil líquido	17.400	83.274	33.959	297	1.644	1.010	81.135	218.719
Adições	-	-	7	-	143	5	-	155
Baixas	-	-	(7.082)	(225)	-	(5.180)	(3.989)	(16.475)
Depreciação	-	(1.364)	(1.457)	(71)	(44)	(325)	-	(3.256)
Baixas da Depreciação	-	1.401	6.466	183	(3)	4.817	1.768	14.631
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	17.400	83.213	32.358	184	1.740	327	78.912	214.230
Em 30 de junho de 2022								
Custo	17.400	178.833	69.012	4.460	(36.703)	8.614	79.770	323.095
Depreciação Acumulada	-	(95.620)	(36.654)	(4.276)	38.443	(8.287)	(858)	(108.865)
Valor contábil líquido	17.400	83.213	32.358	184	1.740	327	78.912	214.230

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por “impairment”.

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação: A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi à política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado. Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 14 – INTANGÍVEL

CONTROLADORA

	Controladora		
	Software Transf. Inepar	Ágio sobre Er Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2021			
Custo	-	391.513	391.760
Amortização acumulada	-	-	(247)
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513
Em 30 de Junho de 2022			
Custo	254	391.513	391.767
Amortização acumulada	(251)	-	(251)
Valor contábil líquido	3	391.513	391.516

CONSOLIDADO

	Consolidado					Total
	Marcas e Patentes	Desenvolv Projetos	Programas de Computador	Software insf. Inepar	Ágio sobre Er Investimentos	
Taxas anuais de amortização	20%	20%	20%	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2021						
Custo	-	-	-	-	393.828	393.828
Amortização acumulada	-	-	-	-	-	-
Valor contábil líquido	-	-	-	-	393.828	393.828
Adições	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	(407)	-	-	(407)
Baixa amortização	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	(2.315)	(2.315)
Saldo Final	-	-	(407)	-	391.513	391.106
Em 30 de Junho de 2022						
Custo	247	937	35.000	7	391.513	427.704
Amortização acumulada	(247)	(937)	(33.507)	(4)	-	(34.695)
Valor contábil líquido	-	-	1.493	3	391.513	393.009

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A.(CBD), foi efetuada por empresa de consultoria e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perpez o valor total de R\$1.217.468.

Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em 26/02/21, o valor da CBD é de R\$1.331.871, sendo a participação da Inepar de 47,07%.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 16 - DEBÊNTURES (CONTROLADORA)

Emissão	Empresa	Controladora		
		31/12/2021	Adições/Baixas	30/06/2022
3ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	2.496	5	2.501
4ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	4.233	399	4.632
5ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	234.488	19.848	254.336
		241.217	20.252	261.469
Circulante		13.907		14.918
Não circulante		227.310		246.551

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções: A 80ª AGE, de 18/07/2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10 totalizando o montante de R\$150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07/12/1976.

Foi assinado Instrumento Particular de Transação em 30 de março de 2021 com os debenturistas da 5ª emissão de debêntures, e respectivo aditamento de 25 de maio de 2021, para proceder com as alterações das seguintes condições e características das Debêntures, emitida por meio do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Aplicação Financeira e Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da Companhia (a) Data de Vencimento das Debêntures e, conseqüentemente, do seu prazo de vencimento; (b) Juros Remuneratórios; e (c) cronograma de pagamentos dos Juros Remuneratórios e amortização das Debêntures; d) constituição de nova garantia, representada por alienação fiduciária de 172.560 (cento e setenta e duas mil, quinhentas e sessenta) cotas subordinadas de emissão do Taranis - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados.

Cronograma de Amortização

Será realizada uma amortização extraordinária com recursos decorrentes da venda do imóvel registrado perante o Registro de imóveis de Macaé/RJ, sob a matrícula nº 24.269, no valor de R\$ 22.500 milhões, corrigidos pelo índice IPCA.6% a.a.; a partir de 04/04/2019.

Após o efetivo pagamento da amortização extraordinária, a Inepar deverá pagar a importância de R\$ 172.560 milhões a ser atualizado mensalmente pelo IPCA, acrescido de 6% ao ano até a data do efetivo pagamento.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 17- OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Parcelamento Transação Individual PGFN (a)	543.098	527.442	978.848	950.615
ICMS a recolher	41.359	41.064	56.006	55.321
Inss a recolher	25	69	2.865	2.796
Pis/Cofins Diferidos	5.241	5.935	22.478	27.892
ISS a recolher/Parcelamentos	8.887	8.730	27.380	26.360
Pis/Cofins a recolher	28	280	2.682	2.735
Impostos e Contribuições retidos na fonte	354	249	988	683
Parcelamento Simplificado RFB	2.988	-	3.577	-
Outros	1.400	2.213	7.229	7.064
	603.380	585.982	1.102.053	1.073.466
Circulante	112.223	86.510	229.912	176.161
Não circulante	491.157	499.472	872.141	897.305

- a) Refere-se ao parcelamento efetuado através da Transação individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020. O parcelamento dos demais débito devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas, com redução de juros e multas de até 70% de cada inscrição.

Quanto ao parcelamento dos débitos previdenciários devidos à PGFN foram parcelados em 60 parcelas, também com redução de até 70% das parcelas. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021.

Os pagamentos dos parcelamentos da Transação tributárias estão sendo pagos pontualmente.

Os ganhos obtidos na referida operação no montante de R\$ 1.358.361 consolidado através do Termo de Transação Individual e foram contabilizados em contrapartida da conta de resultado "Recuperação de Despesas – Transação Individual" conforme detalhado na nota explicativa "29".

Conforme Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, referente a regulamentação da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, a empresa poderá abater até 70% do total da dívida, com a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, cuja situação vem sendo avaliada pela administração efetuando os levantamentos necessários para posterior adesão.

NOTA 18 - PROVISÃO DE CUSTOS E ENCARGOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
ICMS s/Receitas	2.303	2.303	2.303	2.303
	2.303	2.303	2.303	2.303
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	2.303	2.303	2.303	2.303

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 19 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	CONSOLIDADO	
	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo Inicial	34.803	38.735
Adições/Baixas	<u>(1.164)</u>	<u>(3.932)</u>
Saldo Final	33.639	34.803

Os saldos dos adiantamentos, referem-se aos sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

NOTA 20 - TRIBUTOS DIFERIDOS

20.1. Tributos Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferida foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	<u>Tributos Diferidos Ativos</u>		<u>Tributos Diferidos Passivos</u>			
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2021	30.696	30.534	12.178	24.615	(250)	36.543
Constituição dos Tributos	1.684	1.684	-	6.150	4	6.154
Baixa dos Tributos	(173)	(173)	(335)	(88)	(2)	(425)
Em 30 de junho de 2022	32.207	32.207	11.843	30.677	(248)	42.272

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado						Total
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos				
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	
Em 31 de dezembro de 2021	52.235	52.235	12.178	42.341	30.185	11.655	96.359
Constituição dos Tributos	2.055	2.055	-	3.058	6.150	-	9.208
Baixa dos Tributos	(10.380)	(10.380)	(335)	(4)	(104)	(1.801)	(2.244)
Em 30 de junho de 2022	43.910	43.910	11.843	45.395	36.231	9.854	103.323

20.2. Despesas com Tributos sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	31/03/2021
Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro	(117.376)	19.870	(107.545)	49.047
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	(19.809)	-	(31.288)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	15.590	-	15.996	-
IRPJ / CSLL no Resultado	(4.219)	(9.958)	(15.291)	(39.575)
Tributos Correntes	-	-	-	-
Tributos Diferidos	(4.219)	(9.958)	(15.291)	(39.575)
Alíquota Efetiva	-3,59%	50,12%	14,22%	-80,69%

NOTA 21 - PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas incluídas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam. Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 30/06/2022 nas demonstrações financeiras da Controladora:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Ativo Não Circulante		Ativo Não Circulante	
	Contas Correntes		Contas Correntes	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Delft Administração e Participações S.A	-	-	6.902	6.543
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	2	-	22	17
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	1	1	16	3
IESA - Óleo & Gás S.A.	-	-	975	807
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	215.203	234.115	-	-
IESA Transportes S.A.	4.104	4.104	-	-
Inepar Administração e Participações S.A.	-	-	2.876	2.735
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	-	128	-	-
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	6	6	3.900	3.900
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	5.400	6	6
Afac Penta Participações S.A.	9.891	9.891	-	-
	234.607	253.645	14.697	14.011

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Passivo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
	Contas Correntes		Contas Correntes	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Cia Brasileira de Diques S.A.	807	709	18.257	16.035
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	-	-	24	-
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	-	-	17	3
IESA Óleo & Gás S/A	337	326	459	-
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	-	-	-	17
Inepar Administração e Participações S.A.	78.700	80.093	78.700	80.093
Inepar DTVM	-	-	10	10
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	201.426	201.832	-	539
Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	3.599	3.598
Penta Participações e Investimentos Ltda	155.492	155.492	-	-
QGI Brasil S.A.	-	-	28.350	28.350
Demais Empresas	20	20	44	41
	436.782	438.472	129.460	128.686

Contas Correntes: A tabela a seguir, apresenta a movimentação das contas correntes com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Saldo	Adições/ Baixas/Var.	Saldo	Saldo	Adições/ Baixas/Var.	Saldo
	31/12/2021	Monetária	30/06/2022	31/12/2021	Monetária	30/06/2022
Empresas						
Delft Administração e Participações S.A	-	-	-	6.543	359	6.902
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	-	-	2	17	5	22
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	1	-	1	3	13	16
IESA - Óleo & Gás S.A	-	-	-	807	168	975
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	234.114	(18.911)	215.203	-	-	-
IESA Transportes S.A.	4.104	-	4.104	-	-	-
Inepar Administração e Participações S.A.	-	-	-	2.735	141	2.876
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	129	(129)	-	-	-	-
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	6	-	6	6	-	6
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	-	5.400	3.900	-	3.900
AFAC - Penta Participações Ltda.	9.891	-	9.891	-	-	-
	253.645	(19.040)	234.607	14.011	513	14.697
PASSIVO						
Cia. Brasileira de Diques S.A.	709	98	807	16.035	2.222	18.257
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	-	-	-	3	14	17
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	-	-	-	-	24	24
IESA Óleo & Gás S/A	326	11	337	-	459	459
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S/A.	-	-	-	17	(17)	-
Inepar Administração e Participações S/A	80.093	(1.393)	78.700	80.093	(1.393)	78.700
Inepar DTVM	-	-	-	10	-	10
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (a)	201.832	(406)	201.426	539	(539)	-
Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	-	3.598	1	3.599
Penta Participações e Investimentos Ltda (b)	155.492	-	155.492	-	-	-
QGI Brasil S.A.	-	-	-	28.350	-	28.350
Demais Empresas	20	-	20	41	3	44
	438.472	(1.690)	436.782	128.686	774	129.460

- a) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.
- b) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controlada Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pelo valor de R\$155.492, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.

A Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que tem obtidos de transações efetuadas apenas com partes relacionadas.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 22 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo Inicial	32.620	636.098	110.816	865.721
Adições/Baixas	-	- 603.478	-	- 754.905
Saldo Final	32.620	32.620	110.816	110.816

	<u>30/06/2022</u>		<u>31/12/2021</u>		<u>30/06/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>
Trabalhistas	1.433	23.227	1.433	23.227	124.416	64.772	124.416	64.772
Tributárias	290.033	3.904	290.033	3.904	374.236	21.485	374.236	21.485
Cíveis	142.944	5.489	142.944	5.489	292.794	24.008	292.794	24.008
Outras	-	-	-	-	-	551	-	551
	434.410	32.620	434.410	32.620	791.446	110.816	791.446	110.816

Trabalhistas: Reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes no consolidado montam em R\$ 124.416 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

Tributárias: Representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação várias legislações vigentes, neste exercício também provisionamos os valores que estão em fase de parcelamentos junto à Receita/PGFN.

Cíveis: Na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

NOTA 23 - PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

Refere-se à provisão do passivo a descoberto no montante de R\$ 711.039 (R\$ 670.611 em 31/12/2021) para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A e Inepar Innovida Participações S.A, sendo que no consolidado apresenta o valor de R\$ 8.499 (R\$ 7.657 em 31/12/2021), referentes as empresas que não consolidam na controlada Iesa Óleo & Gás S/A.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 24 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Delft Administração e Participações S.A	-	-	6.095	3.112
Obrigações imóvel Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Provisões diversas obrigações a pagar (a)	10.257	10.336	90.884	85.381
Comissões sobre venda de imóveis	-	189	-	189
Outras contas a pagar (a)	11.051	10.966	22.195	23.415
Acordos a pagar (b)	22.906	22.906	22.906	22.906
	47.214	47.397	145.080	138.003
Circulante	47.214	47.397	143.937	136.919
Não circulante	-	-	1.143	1.084

a) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial.

b) Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital.

NOTA 25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: O Capital Social integralizado é de R\$ 476.042 formado por 114.429.660 ações ordinárias e 63.136.160 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76.

b) Reserva de Capital: As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$ 180.292 e está assim composta:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$4.271 e R\$79.707 para a formação de reserva de capital.

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$4.049 e R\$75.565 para a formação de reserva de capital.

- Conforme a 88ª AGE, de 12/08/2019 foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$28.185, mediante a emissão particular de 398.266 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Reserva de Reavaliação- (i) De Ativos Próprios- É constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. (ii) Nas Sociedades Controladas e Coligadas – os saldos são compostos pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

d) Debêntures Perpétuas: As debêntures perpétuas apresentam o saldo de R\$ 280.319 e estão assim compostos:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 para a 6ª emissão e de R\$ 66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 para a 8ª emissão e de R\$3.926 para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019, foi autorizado a emissão 10ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada e quantidade de debêntures 121.550 e valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$121.550, tendo sido utilizado o montante de R\$ 84.490. O saldo encontra-se em carteira aguardando a sua utilização.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019 foi autorizado a emissão 11ª emissão de debêntures perpétuas. As debêntures serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia a qualquer tempo. Quantidade de debêntures: 6.507 mil, com valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$ 6.507, tendo sido utilizado o montante de R\$ 5.410. O saldo encontra-se em carteira aguardando a sua utilização,

- Para as debêntures perpétuas da 10ª e 11ª emissão, temos um saldo a converter de R\$ 16.914, que serão utilizadas para as próximas conversões.

Conversões realizadas das debentures em ações:

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 337 de 25/10/2018 – Valor de R\$ 937 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 338 de 18/12/2018 – Valor de R\$ 74 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 341 de 15/02/2019 – Valor de R\$ 84 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 342 de 28/03/2019 – Valor de R\$ 453 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/7ª/8ª e 9ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 344 de 01/07/2019 – Valor de R\$ 472 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/ 8ª e 9ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 347 de 31/01/2020 – Valor de R\$ 2.625 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 348 de 03/07/2020 – Valor de R\$ 13.986 referente a conversão das debêntures perpétuas da 10ª e 11ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 351 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 116 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª e 7ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 353 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 473 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 354 de 07/05/2021 – Valor de R\$ 2.957 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª/9ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 360 de 29/10/2021 – Valor de R\$ 806.151 referente a conversão das debêntures perpétuas da 1ª a 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 363 de 11/01/2022 – Valor de R\$ 26.296.216,00 referente a conversão das debêntures perpétuas da 1ª a 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 367 de 27/05/2022 – Valor de R\$ 12.214.697,00 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.

e) Créditos quirografários a converter: Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 16.914. Estes créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

f) Ajustes de avaliação patrimonial: Apresenta o saldo de R\$ 846.079, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 793.952, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª, 9ª e 11ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com as escrituras destas emissões. Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que elas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

g) Destinação do Lucro: Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

NOTA 26 - RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(45.925)	5.901
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(75.670)	4.011
	<u>(121.595)</u>	<u>9.912</u>
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	63.136.160	3.157
Quantidade de ações ordinárias emitidas	114.429.660	5.108
Total	<u>177.565.820</u>	<u>8.265</u>
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações		
Ação preferencial	(0,7274)	1,2707
Ação ordinária	(0,6613)	1,1550

Conforme aviso aos acionistas de 22 de junho de 2021, a empresa efetuou o desdobramento das ações de emissão da companhia, na proporção de 01 (uma) ação ordinária e ou preferencial para 20 (vinte) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social.

NOTA 27- RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Vendas mercado interno/Prestação de serv.	5.503	5.448
(-) Impostos sobre as Vendas	(1.189)	(1.303)
Receita de Vendas	<u>4.314</u>	<u>4.145</u>

NOTA 28 - DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Despesas Financeiras				
Juros sobre impostos e contribuições	(31.791)	(5.124)	(54.941)	(10.516)
Juros / despesas bancárias	(40.560)	(26.148)	(56.897)	(67.156)
Fianças bancárias	-	-	-	(3)
Outras despesas financeiras	-	(2.134)	(60)	(2.183)
Ajuste conversão RJ	(113)	-	(113)	-
Variações cambiais	-	-	(42)	(48)
	(72.464)	(33.406)	(112.053)	(79.906)
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	1	1	67	13
Receitas atualização debêntures	3.386	4.521	3.386	4.522
Juros auferidos	200	172	208	918
Variações monetárias ativas	-	190	-	190
Outras receitas financeiras	24	3	6.004	252
	3.611	4.887	9.666	5.895
	(68.853)	(28.519)	(102.387)	(74.011)

NOTA 29- OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Outras despesas Operacionais				
Impostos sobre Claim's e demais (a)	642	-	4.601	-
IOF	(40)	(302)	(137)	(933)
Custo de aluguel	-	-	-	(617)
Outras despesas tributárias	(282)	(3.169)	(336)	(12.421)
Outras despesas Operacionais	(5.261)	(5.575)	(7.403)	(130.021)
Verbas rescisórias	-	-	-	(489)
Ociosidade (b)	-	-	(8)	(3.093)
Total das despesas operacionais	(4.941)	(9.046)	(3.283)	(147.574)
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de provisões diversas	924	18.600	925	156.153
Indenizações	-	-	-	28.868
Receitas de aluguel	568	1.335	884	5.216
Receitas de processos judiciais	-	11.574	-	11.574
Outras receitas	18.195	32.932	33.475	133.011
Total das receitas operacionais	19.687	64.441	35.284	334.822
	14.746	55.395	32.002	187.248

a) Refere-se aos valores a receber de processos judiciais correspondentes aos pleitos contra diversos clientes, com decisão transitado em julgado, com créditos constituídos em fase de execução a favor da empresa, bem como a provisão dos impostos.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- c) Referem-se aos custos de produção diretos e indiretos não absorvidos pela fábrica em função da pequena quantidade de projetos e ociosidade causado pela pandemia COVID-19.

NOTA 30 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Processos Trabalhistas	2.877	2.877	15.272	15.157
Processos Cíveis	69.218	71.502	115.868	260.197
Processos Tributários	1.330	2.966	1.333	2.966
	73.425	77.345	132.473	278.320

- a) Nos valores do consolidado de processos cíveis encontra-se incluídos os depósitos judiciais referentes aos recebimentos arbitragem e os valores correspondentes aos recebimentos do processo de Furnas.
- b) Neste exercício foram efetuados os levantamentos dos depósitos judiciais para liquidação de empréstimos e financiamentos de instituições financeiras registradas na controlada IESA Óleo & Gás S/A, e o saldo remanescente dos levantamentos estão sendo utilizados na manutenção das atividades das empresas.

NOTA 31 - COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 32 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Salários	899	3.718	6.119	7.295
Gastos Previdenciários	108	2.294	931	2.585
Total	1.007	6.012	7.050	9.880

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 33 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Remuneração de Conselheiros	61	121	188	171
Remuneração de Diretores	202	614	660	757
Total	263	735	848	928

NOTA 34 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

	Geração / Equipamentos	Gás/Modulos/ outros	Total
Receita bruta total	4.524	979	5.503
Impostos/Deduções	(1.180)	(9)	(1.189)
Custos dos Produtos e Serviços	(5.726)	(1.095)	(6.821)
Total	(2.382)	(125)	(2.507)

Os custos incorridos neste exercício, referem-se principalmente aos gastos complementares dos Consórcios dos projetos já encerrados.

NOTA 35 – TRATATIVAS QUE IRÃO GERAR EVENTOS SUBSEQUENTES:

a) A Administração da Companhia está em fase busca de parceiros e negociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações extraconcursais e operacionais correntes. As operações dos itens a/b/c/d serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

b) Alienação das ações da UPI IPM e IOG conforme descrito na Nota 1.1 acima;

c) Dação em pagamento para Instituição Financeira do imóvel localizado no município de Charqueadas, sendo que esta dívida pertence a Classe II da Recuperação Judicial;

d) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Magé.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- e) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, O FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 1 bilhão, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor estimativo de recebimentos de R\$ 619 milhões.
- f) A Companhia está implantando um programa para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura. Este trabalho vem sendo realizado através de uma Consultoria de renome internacional, a Alvarez e Marsal.
- g) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes e novos mercados, bem como foco total nos mercados core.
- h) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos de novos projetos, bem como a retomada das atividades.
- i) Efetivação do trabalho de redução e parcelamento dos passivos fiscais, que culminou no fechamento da transação tributária que permitiu redução de aprox. R\$ 1,4 bilhões em dívidas fiscais.

NOTA 36 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 21 de julho de 2022, através de Fato Relevante publicado pela Controladora, informou ao mercado em geral e a seus acionistas que nesta data a Sefran Fabricação e Comercio de Equipamentos Industriais Ltda("Sefran"), proponente vencedora do leilão do processo competitivo de venda das UPI IPM/IOG, peticionou nos autos da recuperação judicial informando que promoveu a transferência do preço de aquisição das UPIs na conta indicada pela Companhia.

Diante da petição da Sefran, reafirmamos que efetivamente recebemos da Sefran um documento informando a transferência de US\$ 153.000.000,00 (cento e cinquenta e três milhões de dólares norte-americanos) para conta indicada pela Companhia junto ao Bank of America para início do processo de transferência do numerário para o Brasil para pagamento do preço de aquisição das UPIs IPM/IOG.

Entretanto, devido ao complexo processo, até a presente data a Companhia ainda não conseguiu ter o comando de acesso da conta para confirmação e transferência dos recursos para o Brasil.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Ricardo de Aquino Filho – Diretor Presidente

Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Thamiris Cristina Rossi

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

André de OMS
Carlos Alberto Del Claro Gloger
Rodolfo Andriani
Irajá Galliano Andrade
José Bonifácio Pinto Junior

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes sobre as Informações Financeiras Trimestrais (ITR) Individuais e Consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial

Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de Junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de Junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as Informações Intermediárias Individuais e Consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Reconhecimento de Recebíveis

Conforme mencionado na nota explicativa “6”, foram registrados contabilmente na controladora Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial e nas controladas: Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial e IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial, recebíveis (claims) no montante de R\$ 145.769 mil. Chamamos a atenção para o fato de que, a Companhia nos apresentou o teste de recuperabilidade desses ativos, baseado no atual andamento dos processos, e na firme posição dos assessores jurídicos quanto a sua recuperabilidade (realização), através da classificação da probabilidade de recebimento como “praticamente certo”, uma vez que todos os processos judiciais possuem trânsito em julgado a favor da Companhia. Todavia, temos incerteza apenas quanto ao prazo (momento) de recebimento desses valores, uma vez que dependem dos trâmites para as respectivas liquidações das sentenças judiciais.

Incerteza Relevante Quando à Continuidade Operacional

Conforme mencionado na nota explicativa “1”, a controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas Companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 30 de Junho de 2022 as Informações Trimestrais (ITR) apresentam resultado negativo de R\$ 122.836 mil, passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 885.476 mil, no consolidado. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia esteja em andamento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Saldos Contábeis e Transações Mantidos com Partes Relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa “21”, a Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20.

Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições.

Essa operação gerou um ganho que representa R\$ 1.358.361 mil, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em “Outras Receitas e Despesas Operacionais” no exercício de 2021. A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 30 de Junho de 2022, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis a elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Informações Trimestrais - ITRs Comparativas Anteriores Examinadas e Revisadas por outro Auditor Independente

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 30 de Junho de 2021, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de Junho de 2021 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão com data de 27 de agosto de 2021 com Ressalva: I – Reconhecimento de ativos contingentes (Ponto este modificado para Ênfase, devido a apresentação do teste de recuperabilidade dos ativos) e contendo parágrafo de ênfase sobre: I - Continuidade operacional; II - Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas. Esses assuntos permanecem em nosso relatório.

Curitiba, 10 de agosto de 2022.



MÜLLER&PREI

Müller & Prei Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1

George Agnes
Contador CRC-PR nº 42.667/O-1

Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Curitiba/PR, 12 de agosto de 2022.

Ricardo de Aquino Filho

Diretor Presidente

Manacesar Lopes dos Santos

Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente.

DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram e discutiram o parecer dos auditores independentes, e declaram que compreendem os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entendem que a empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo do Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Curitiba/PR, 12 de agosto de 2022.

Ricardo de Aquino Filho

Diretor Presidente

Manacesar Lopes dos Santos

Diretor de Relações com Investidores